

HOMOFOBIA, CULTURA E VIOLÊNCIAS: A DESINFORMAÇÃO SOCIAL

Sonia Maria Ferreira Koehler

Professora do Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL
Coordenadora do Observatório de Violências nas Escolas – UNISAL
Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo)
soniakoebler@hotmail.com

Resumo

A proposta deste artigo é ressaltar a urgência de problematizações contextualizadas sobre as iniquidades sexuais e de gêneros. Novos sujeitos de direitos reivindicam sua forma de SER que não podem ser designados como universais se partimos da ideia de que a composição humana se faz pela diversidade. A mídia exhibe e estudos nos mostram as violências vividas e/ou praticadas por diferentes subgrupos que compõem a diversidade sexual. Trata-se de uma forma de discriminação que conduz à subalternização, marginalização e exclusão de pessoas ou grupos com base no seu sexo, como contra os de orientação sexual homossexual. Essas práticas se traduzem por violências físicas, verbais, psicológicas, carregadas de efeitos/consequências sexistas, machistas, misógenas, racistas, transfóbicas, lesbofóbicas e homofóbicas. A partir de um *survey* longitudinal desenvolvido pelo Observatório de Violências nas Escolas do UNISAL/SP/Brasil, com aproximadamente 2.500 respondentes, este artigo apresenta e compara os dados obtidos em 2006, com os dados obtidos em 2012 e 2013. Um mesmo instrumento vêm sendo aplicado anualmente com a finalidade de investigar e monitorar possíveis mudanças na informação e na compreensão de uma determinada população sobre o fenômeno da homofobia e da homossexualidade. A análise permite a radiografia dos níveis de compreensão e aponta para a necessidade da educação da população, assim como da implementação de políticas públicas focadas na diversidade sexual e identidade de gênero e que talvez requeira a construção de uma nova política educativa.

Palavras-chave: Homofobia; Violência; Diversidade Sexual; Escola; Políticas públicas.



Abstract

The purpose of this article is to highlight the urgency of problematizations about sexual and gender inequities. New subjects of law claim that their lifestyle cannot be designated as universal if we start the discussion from the idea that the human composition is made by human diversity. Media and published studies show us the violence experienced and/or practiced by different subgroups that compose sexual diversity. It is a form of discrimination that leads to subordination, marginalization and exclusion of individuals or groups based on their sex, as against those of homosexual orientation. These practices are translated into physical, verbal and psychological violence, full of sexist, chauvinist, misogynist, racist, transphobic, homophobic and lesbophobic effects/consequences. From a longitudinal survey developed by the Observatory of Violence in Schools (from UNISAL/SP/Brazil), with approximately 2,500 respondents, this paper presents and compares data obtained in 2006 with the data obtained in 2012 and 2013. The same instrument has been applied annually in order to investigate and monitor possible changes in information and understanding of a given population on the phenomenon of homophobia and homosexuality. The analysis allows us to measure the levels of understanding and points to the need for people education, as well as the implementation of public policies focused on sexual diversity and gender identity, and that the situation may require the construction of a new educational policy.

Keywords: Homophobia; Violence; Sexual diversity; School; Public policies.

A chegada do século XXI e a entrada no terceiro milênio têm anunciado o quanto os paradigmas estão em crise e, ao mesmo tempo, a urgência de problematizações contextualizadas sobre as iniquidades sexuais e de gêneros. Quando nos deparamos com imagens televisivas e pela internet, assim como notícias cotidianas veiculadas pela imprensa escrita a respeito dos modos como homens e mulheres, crianças, jovens, adultos ou velhos, vivem em contextos sociais diversos, podemos perceber, através de seus discursos e comportamentos, o despreparo e a falta de conhecimentos sobre seus próprios corpos, sua sexualidade, seus desejos e direitos. Na maioria das vezes, os discursos expressam confusões sobre as práticas sexuais e expressões de gêneros, mostrando como essas posições indicam os efeitos de um processo que, decorrente das culturas, foi internalizado, socialmente subjetivado e

comprometido com a manutenção de valores e práticas reificadas pelos machismos, sexismos e racismos, como referência única e absoluta de como o SER humano deve comportar-se enquanto homens e mulheres.

Esta proposição anuncia a necessidade de revermos algumas certezas e referências tidas como verdades únicas e que estão presentes nos processos sociais, familiares, escolares, religiosos, empresariais, entre outros. Novos sujeitos de direitos reivindicam sua forma de SER, que não podem ser designados como universais se partimos da ideia de que a composição humana se faz pela diversidade. Como nos mostram Deleuze e Parnet (1998), não somos uma unidade, somos múltiplos, portanto, necessitamos ampliar nossas referências e problematizarmos a respeito de como novos sujeitos dos sexos e dos gêneros poderão nos ajudar, para que as diferenças sejam de fato respeitadas e validadas pela sociedade e por todas as instituições que representam o Estado, especialmente as instituições escolares. A novidade está na visibilidade atualmente dada à diversidade sexual e especificamente ao tema homofobia.

Podemos considerar os estudos de Kinsey¹ (1948, 1953) como um marco científico fundamental para a discussão sobre a compreensão da sexualidade. Em meados do século XX, o relatório de Kinsey verificou que práticas homossexuais eram bem mais difundidas do que o pensado nos Estados Unidos. Vinte anos se passaram e em 1973 a Associação Americana de Psiquiatria removeu a homossexualidade da lista de desordens mentais. Em 1975, a Associação Americana de Psicologia deixou de considerar a homossexualidade uma doença. A partir de 1990 a Organização Mundial de Saúde (OMS) assumiu que homossexualidade não é doença, distúrbio ou perversão e retirou a sua classificação do rol de doenças mentais do CID – Classificação Internacional de Doenças. Logo em seguida, em 1991 a Anistia Internacional passou a considerar a discriminação contra homossexuais uma violação aos Direitos Humanos. A orientação sexual e a identidade de gênero passam a ser categorias reconhecidas pelo Ministério da Saúde do Brasil, como determinantes e condicionantes da situação de saúde, não apenas por implicarem práticas sexuais e sociais específicas, mas também por expor Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais a agravos decorrentes do estigma e da exclusão social.

¹ Os resultados publicados pelo biólogo norte-americano Alfred Kinsey entre 1948 e 1953 sobre o comportamento sexual dos homens e mulheres, conhecido como o polêmico “Relatório Kinsey”, no entanto, teve muita influência na cultura e nas políticas públicas das últimas décadas. Cf. Kinsey Institute. <http://www.indiana.edu/~kinsey/research/ak-data.html>.



Movimentos no Brasil

Desde a desclassificação da homossexualidade como doença mental, esta decisão foi subsequentemente reafirmada por descobertas adicionais de outras áreas de pesquisa. Em 1985, o Conselho Federal de Medicina, não considerou mais a homossexualidade como doença (Scardua e Souza-Filho, 2006).

A partir da década de 70 tomam força os movimentos que discutem a violência, a AIDS e as outras categorias dentro da homossexualidade. Inclusive grupos de estudo passam a participar da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Em 1995, os grupos brasileiros organizados de gays lésbicas e travestis, com apoio de outras entidades que lutam, pelos Direitos Humanos e Civis das pessoas que são discriminadas, por sua orientação sexual, criaram a ABGLT– Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis e divulgaram sua primeira carta de princípios com o objetivo de promover a livre orientação sexual, liberdade, justiça social, democracia, pluralidade e diversidade de gêneros (ABGLT, 1995).

Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) do Brasil, por meio da Resolução nº 001/99, estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a questão de orientação sexual.

“Art. 3.º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.”

A partir desta data o psicólogo que infringir a resolução pode sofrer sanções, inclusive a perda do registro profissional caso tente “tratar” o homossexual (CFP, 1999).

Pesquisas que revelam dados alarmantes da homofobia no Brasil. A ABGLT, juntamente com mais de 200 organizações afiliadas, espalhadas por todo o país, desenvolveram o Projeto de Lei n.º 5003/2001, que mais tarde veio a se tornar o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 122/2006, que propõe a criminalização da

homofobia². O termo foi aprovado em 8 de junho de 2008 durante a I Conferência Nacional GLBT, promovida pelo Governo Federal, envolvendo mais de dez mil pessoas em conferências estaduais e mil e duzentas delegacias nacionais, reunidas em Brasília/DF (Brasil, 2010).

Apesar da discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas ser uma recomendação do Governo Federal, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998), permanece nas escolas um silêncio inquietante sobre o tema, da sexualidade. No Brasil, a educação sexual ainda tem pouco espaço nas universidades, na formação de professores e, conseqüentemente na instituição escolar, de educação básica (Melo Neto, 2010). É o “efeito bumerangue”, a carência de informações sobre as dimensões biológica, sociocultural e psicológica da sexualidade, na formação de professores, que implica na não compreensão de sua própria sexualidade. Os educadores passam a reproduzir junto aos alunos seus valores, atitudes e crenças sobre a sexualidade.

Paradoxalmente torna-se visível a violência homofóbica que, sem dúvida, está assentada nas crenças, atitudes e valores transmitidos ao longo das gerações pelo núcleo familiar. São conceitos e influências socioculturais internalizadas no decorrer do desenvolvimento de todas as pessoas. Neste contexto, a escola passa a ter papel importante na continuidade da educação sexual iniciada pela família, uma vez que, enquanto educação formal, retroalimenta os processos de aprendizagem da educação informal, cujo processo de aprendizagem não ocorre de forma fragmentada, transcendendo os muros da própria escola (Tessarioli, 2013).

Na contemporaneidade, as noções de identidade de gênero e orientação sexual têm sido articuladas pelos movimentos LGBTTIs, tanto a universidade, formadora de docentes, como as instituições escolares de educação básica devem ser lugares fundamentais para a discussão, divulgação e estudos sobre sexualidade (Melo Neto, 2010).

Orientação sexual e identidade de gênero são termos que ainda não estão compreendidos pela maioria da população, visto que a visibilidade dada ao tema da diversidade sexual ainda encontra resistência no meio universitário e é foco de piadas entre grupos, na mídia, nos programas televisivos e nas dificuldades reveladas pelos

² Cf. Fundação Perseu Abramo - <http://www.fpabramo.org.br/>. Apesar dos intensos esforços e conquistas do Movimento LGBT Brasileiro em relação ao PLC 122, ainda assim, ele precisa ser votado no Senado Federal. O projeto enfrenta oposição de setores conservadores no Senado e de segmentos de fundamentalistas religiosos.



professores na Educação Básica (Educação Infantil até o Ensino Médio). São inúmeras as situações que retratam as expressões das sexualidades no cotidiano escolar: “um menino da pré-escola, de 5 anos, fica se esfregando na carteira”, uma menina de 9 anos, do sexto ano, é vista beijando outra menina no banheiro”, “um aluno do sétimo ano pergunta o que é lésbica”, “um casal de homossexuais, gays, pede vaga para estudar no ensino noturno”... Estes casos descritos e reais são apenas alguns dos casos que surgem no cotidiano do professor, que não sabe como proceder, como ensinar, porque, como professores, desqualificam a sexualidade como um dos saberes a ser aprendido e a ser ensinado (Tessarioli, 2013; Koehler, 2009; Ribeiro e Reis, 2007; Louro, 2003).

A Violência Homofóbica

Homofobia é aqui definida como rejeição, aversão, medo ou ódio irracional aos homossexuais e, por extensão, a todos os que manifestem orientação sexual ou identidade de gênero diferente dos padrões heterossexuais ainda aceitos como normativos na nossa sociedade. Nesse sentido, comportamentos homofóbicos variam desde a violência física da agressão e da violência fatal, isto é, o assassinato, até a violência simbólica e/ou psicológica nos atos de xingar, ridicularizar, apelidar, excluir do grupo (Koehler, 2013) ou até mesmo afirmar que não gostaria de conviver/frequentar qualquer espaço com uma pessoa homossexual.

Violências contra a população LGBT estão presentes nas diversas esferas de convívio social e constituição de identidades dos indivíduos. Suas ramificações se fazem notar no universo familiar, nas escolas, na igreja, na rua, no posto de saúde, na mídia, nos ambientes de trabalho, nas forças armadas, na justiça, na polícia, em diversas esferas do poder público (Brasil, 2012, p. 11) e na falta de políticas públicas afirmativas que contemplem a comunidade LGBTT (Mott, 2006).

Junqueira (2007) argumenta que existe uma grande dificuldade em se perceber a homofobia como fenômeno relacionado a questões e relações de gênero, já que o termo, na maioria das vezes, se refere apenas a casos de discriminação contra homossexuais masculinos.

As expressões sexuais de gênero diferentes do modelo heterossexual, falocêntrico e reprodutivo inclui: lésbicas, gays, travestis, homens e mulheres

transexuais e os intersexos³ (Intersex Society of North America, 2013). Assim, como pontua Peres (2013) temos a LGBTfobia: a lesbofobia, a homofobia, a transfobia e a bifobia.

O relatório “Brasil sem homofobia” (Brasil, 2004) é sem dúvida a melhor exposição do fenômeno em nossa sociedade contemporânea. Esse comportamento intolerante em relação à diversidade sexual tem resultado em assassinatos e suicídios de pessoas GLBT em todo o mundo e na negação do livre exercício da cidadania para este segmento da sociedade. O relatório mostra que a escola é uma instância de disciplinamento da sexualidade – heterossexual-, configurando-se um território que reproduz mecanismos homofóbicos. Isto nos remete à questão do heterossexismo enquanto institucionalização da norma ou padrão heterossexual, que estabelece e perpetua a noção de que todas as pessoas são ou devem ser heterossexuais, excluindo as necessidades, as preocupações, as culturas e as experiências de vida dos gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, travestis e intersexuais. Conforme Junqueira (2007, p. 61), a escola é um lugar em que jovens GLBT enfrentam, sistematicamente, discriminações por parte de colegas, professores, dirigentes e servidores escolares e “não raro encontram obstáculos para se matricularem na rede pública, participarem de atividades pedagógicas e terem suas identidades minimamente respeitadas”.

Os estudos e pesquisas já vêm apontando as consequências da homofobia na escola. A perseguição na escola tem levado jovens LGBTT a se suicidarem (Brasil, 2010). O caderno lançado pela UNESCO (2013), com o título *Resposta do Setor de Educação ao Bullying Homofóbico*, trata especialmente do “*bullying* com base em orientação sexual e identidade de gênero percebidas é um tipo específico de *bullying* definido como *bullying* homofóbico” (p. 16) e demonstra que o problema é global:

“Embora todos os alunos possam ser afetados pelo bullying, os alvos mais prováveis são aqueles percebidos como diferentes da maioria. Aqueles cuja

³ Cf. Intersex Society of North America (2013). “Intersexo” é um termo geral usado para uma variedade de condições em que uma pessoa nasce com uma anatomia reprodutiva ou sexual que não parece se encaixar nas definições típicas de sexo feminino ou masculino. Também podem ocorrer nascimentos onde a criança pode nascer com genitais que parecem estar entre as formas típicas masculinas e femininas: uma menina pode nascer com um clitóris visivelmente grande, considerando esses padrões típicos, ou falta uma abertura vaginal, ou um menino pode nascer com um o saco escrotal não totalmente fundido, de modo que se parece mais como lábios. Apesar de falarmos de “intersexo” como condição do nascimento, a anatomia dos intersexuais nem sempre é encontrada no momento do nascimento. Às vezes uma pessoa não conhece a condição de “intersexo” até que ela ou ele alcance a puberdade, ou descobrir ser um adulto infértil. Algumas pessoas vivem e morrem com a anatomia “intersexual” sem que ninguém nunca tenha conhecimento, nem eles mesmos. Cf. Intersex Society of North America (2013).



sexualidade é vista como diferente, ou cuja identidade de gênero ou comportamento difere do sexo biológico, são particularmente vulneráveis. Escolas possivelmente estão entre os espaços sociais mais homofóbicos que existem (...). (UNESCO, 2013, p. 16)

Os estudos desenvolvidos pelo Setor de Educação em HIV/Aids e Saúde da UNESCO foram feitos em muitos países da Europa, África, Ásia, Américas e Oceania. As pesquisas nos diferentes países mostram o sofrimento, a evasão escolar, a desistência dos estudos, a resultante falta de qualificação para o mercado de trabalho, a discriminação na busca por emprego e a marginalização social, ressaltando a função da educação escolar e a necessidade do desenvolvimento da competência do professor para a educação sexual (p. 42).

O Mapa da Violência Homofóbica no Brasil

As estatísticas brasileiras, não revelam a realidade, pois as estratégias e instrumentos utilizados para mapear e compreender a realidade LGBT, ainda são claramente insuficientes. Apesar dos dados do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 analisar a variável referente à coabitação com parceiro do mesmo sexo, visibilizando 60.002 brasileiros e brasileiras nessa situação, o questionário não pergunta sobre a identidade de gênero ou sobre a orientação sexual no Censo Demográfico (Censo Demográfico 2010) portanto, é evidente a subnotificação sobre a população LGBT.

O Grupo Gay da Bahia (2012), coordenado por Mott desde o início da década de 1980, estuda e realiza o levantamento de notícias relacionadas a homicídios cometidos contra a população LGBT, no sentido de denunciar a homofobia no Brasil e divulgar todas as formas de violências contra lésbicas, gays, travestis e transgêneros.

Os estudos apontam o Brasil em primeiro lugar no *ranking* mundial de assassinatos homofóbicos, concentrando 44% do total de execuções de todo o planeta. Em 2012, o GGB apresentou uma estatística através de mais um Relatório Anual sobre os Assassinatos de Homossexuais (GGB, 2012). Segundo o relatório, em 2012, aconteceram 338 assassinatos de gays, travestis e lésbicas e transexuais no Brasil, incluindo duas transexuais brasileiras mortas na Itália. O estudo revela um aumento de 27% em relação a 2011 quando foram registrados 266 mortes. As vítimas gays lideram os homicídios: 188 (56%), seguidos de 128 travestis (37%), 19 lésbicas



(5%) e 2 bissexuais (1%). A cada 26 horas um homossexual brasileiro foi barbaramente assassinado em 2012, vítima da homofobia.

Na introdução do relatório, Mott comenta que, “a subnotificação destes crimes é notória, indicando que tais números representam apenas a ponta de um *iceberg* de violência e sangue, já que nosso banco de dados é construído a partir de notícias de jornal, internet e informações enviadas pelas Ongs LGBT, e a realidade deve certamente ultrapassar em muito tais estimativas” (Grupo Gay da Bahia, 2012).

Em 1997, quando foi criada, a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos – SNDH – não tinha mapeamento estatístico sobre ações homofóbicas no Brasil. Mas no final de 2010, início de 2011, iniciou o atendimento pelo Disque Direitos Humanos (Disque 100), também para acolher denúncias que envolvam violações dos direitos de pessoas em situação de rua, idosos, população LGBT e pessoas com deficiência.

Em 2012 a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos lançou um relatório com estatísticas surpreendentes: do total das 9.982 denúncias de violações, 3.084 referiam-se a violações relacionadas à população LGBTTT. Em setembro ocorreu o maior número de registros, 342 denúncias. Em relação a 2011 houve um aumento de 166,1% de denúncias e 46,6% de violações, quando foram notificadas 1.159 denúncias de 6.809 violações de direitos humanos contra LGBTTT, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos.

Os organizadores do relatório também afirmaram que, apesar da subnotificação, os números apontam para um grave quadro de violências homofóbicas no Brasil: no ano de 2012 foram reportadas 27,34 violações de direitos humanos de caráter homofóbico por dia. A cada dia, durante o ano de 2012, 13,29 pessoas foram vítimas de violência homofóbica reportada no país. Apesar da escassez de fontes confiáveis de dados sobre violências homofóbicas, as análises foram efetuadas essencialmente a partir dos dados provenientes do Disque Direitos Humanos (Disque 100) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (Brasil, 2012, p. 39). Tais números corroboram a análise feita em 2011 sobre o padrão de sobreposição de violências cometidas contra essa população. Os dados revelam uma média de 3,23 violações sofridas para cada uma das vítimas.

Homofobia, Cultura e Violências: A Desinformação Social

Uma pesquisa sobre “Homofobia, crenças e percepções de uma população:



subsídios para a formação de professores” faz parte de um conjunto de projetos do Observatório de Violências nas Escolas⁴ do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)⁵, *campus* de Lorena, cidade de tamanho médio do Estado de São Paulo, Brasil, que, em 2010, contava com 82.537 habitantes. Esta pesquisa teve início em 2006 e o mesmo instrumento continua sendo aplicado, anualmente, com a finalidade de investigar e monitorar possíveis mudanças na compreensão de uma determinada população sobre os fenômenos da homofobia e da homossexualidade. Este estudo pode ser caracterizado como um estudo longitudinal e *cross section*, pois utilizou diferentes amostras a cada "onda" de coleta de dados de uma mesma população de indivíduos⁶. A “externalização” de comportamentos que demonstram “orientação sexual” diferente da heterossexual tem causado divergências nas formas de pensar e agir nos mais diversos segmentos da população, assim como entre os profissionais da educação e no interior da escola, portanto, compreender o pensamento e a opinião das pessoas sobre o assunto é uma etapa importante para pensarmos formas de informar a população e a orientação de educadores sobre a temática.

Participantes

Os participantes deste estudo foram/são cidadãos e cidadãs transeuntes da praça principal da Cidade⁷ e também de bairros onde ocorrem ações do Curso de Pedagogia e Psicologia do UNISAL. Foram convidados a participarem por adesão espontânea após explicação dos objetivos da pesquisa, constituindo, assim, estatisticamente, amostras de conveniência.

A Tabela n.º 1 mostra a distribuição dos participantes da pesquisa referente à representação social da homofobia na cidade de Lorena, Estado de São Paulo, Brasil, segundo o sexo, entrevistados durante oito anos consecutivos.

Neste artigo estamos privilegiando os dados obtidos no primeiro levantamento, feito em 2006, procurando compará-los com os dos últimos anos, 2012 e 2013 (Tabela n.º 2).

⁴ O Observatório de Violências na Escola resulta de uma parceria entre o UNISAL, Universidade Católica de Brasília (UCB) e a UNESCO. Em 13 de maio de 2008, a UNESCO aprovou a Cátedra de Juventude, Educação e Sociedade da Universidade Católica de Brasília, da qual o UNISAL se mantém como parceiro.

⁶ Parte dos resultados de 2006 e 2007 foi analisada em Koehler (2009).

Tabela n.º 1 – Distribuição dos participantes segundo o sexo, 2006-2013

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Masc.	180	193	127	336	136	101	94	80	1247
Fem.	149	147	157	368	183	85	93	94	1276
Total:	329	340	284	704	319	186	187	174	2523

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela n.º 2 – Distribuição dos participantes segundo o sexo – 2006 e 2012-2013

Anos	2006	2012-2013
Masc.	180	174
Fem.	149	187
Total:	329	361

Fonte: Pesquisa de campo.

Procedimentos

Alunos dos Cursos de Psicologia e Pedagogia do UNISAL são devidamente treinados e orientados quanto à aplicação do questionário e às questões éticas envolvidas em uma pesquisa. Os questionários são aplicados sempre no dia 25 de agosto, durante as comemorações do Dia do Psicólogo, e no Dia do Pedagogo, 20 de maio, durante ações realizadas na praça central da cidade ou nos bairros da periferia da cidade, quando a população é convidada a participar de atividades diversas realizadas ao longo do dia. Os alunos convidam os transeuntes, na faixa etária acima dos 16 anos, a responderem às questões, individualmente e por adesão espontânea.

Instrumento

É utilizado um questionário semi-estruturado dividido em duas partes. A primeira parte identifica o participante: sexo, idade, religião, profissão, etnia, escolaridade. Para este artigo foram selecionadas duas questões da segunda parte do questionário: O que você imagina que seja homofobia? O que você imagina que seja homossexualidade? As respostas dos participantes são categorizadas através da análise de conteúdo temática, segundo os princípios de Bardin (1977). A organização dos dados é realizada por meio de agrupamento e sistematização de respostas



emitidas no discurso dos participantes, onde se identificam e classificam as emissões mais significativas e a frequência com que aparecem.

As Respostas por Categorias Temáticas

A tabela n.º 3 corresponde às respostas da pergunta: O que você acha que é homofobia? As categorias de análise foram estruturadas a partir das expressões verbais e segundo os padrões de repetição, assim categorizadas:

1. **Doença** – quando a resposta se refere a doença de ordem biológica, adquirida, psicológica ou genética;
2. **Homossexualidade** – quando se confundiu o conceito de homossexualidade, mas a resposta contempla o conceito correto: “*É a pessoa que se sente atraída sexual, emocional ou afetivamente por pessoas do mesmo sexo/gênero*” (Mott, 2006);
3. **Interpretou como medo ou fobia de homem ou de homossexual** referindo-se à homofobia como um “*Distúrbio psiquiátrico que se expressa na forma de aversão e medo mórbido, irracional, desproporcional, persistente e repugnante, por outro homem ou outra pessoa do mesmo sexo*”;
4. **Não sabe ou SR (sem resposta)**. Foram categorizadas neste item, exclusivamente as respostas: “não sei”.
5. **Medo, pavor, pânico de alguma coisa ou lugar**: quando a resposta expressa indicava *medo mórbido, irracional, desproporcional em relação a algum objeto ou lugar*;
6. **Conceito correto (aproximado)**: Categorizou-se aqui a homofobia tal qual descrita por Martins, Romão e Reis (2010, p. 21) (...) “como um conceito guarda-chuva, utilizado para descrever um variado leque de fenômenos sociais relacionados ao preconceito, à discriminação e à violência contra homossexuais” (Lésbicas, gays, travestis, homens e mulheres transexuais e os intersexos);
7. **Outros**: qualquer resposta que não tenha conotação referente a sexualidade.

Tabela n.º 3 – Distribuição das categorias sobre o significado do termo homofobia por faixa etária dos participantes da pesquisa contabilizados nos anos 2006, 2012 e 2013 considerando-se a frequência da categoria com que aparecem no discurso dos participantes.

Faixa etária	16-20		21-30		31-40		41-50		51-60		61 anos ou mais	
Ano	2006	2012-2013	2006	2012-2013	2006	2012-2013	2006	2012-2013	2006	2012-2013	2006	2012-2013
Categorias	Emissões (%)											
1. Doença (biológica)	17,39	1,69	5,94	1,83	6,25	3,17	3,92	4,68	3,57	0	33,33	6,66
2. Interpretou como homossexualidade	4,34	-	0,99	3,66	2,08	4,76	1,96	3,12	3,57	2,63	-	2,22
3. Interpretou como medo ou fobia de homem ou de homossexual	-	1,69	15,84	0,91	12,5	-	7,84	3,12	7,14	2,63	14,28	4,44
4. Não sabe/ SR	30,43	25,42	20,79	9,17	37,5	20,63	33,33	31,25	7,14	23,68	19,04	24,44
5. Medo/pavor de alguma coisa ou lugar	39,13	3,38	36,63	12,84	25	9,52	39,21	18,75	53,57	23,68	19,04	22,22
6. Conceito correto (aproximado)	7,34	54,23	10,89	51,37	6,25	33,33	3,92	15,62	-	10,52	-	8,88
7. Outros	1,44	13,55	8,91	20,18	10,41	28,57	9,8	23,43	25	36,84	14,28	31,11
Base	69	59	101	109	48	63	51	64	28	38	21	45

Fonte: Pesquisa de campo.

Abaixo apresentamos as emissões dos participantes conforme os significados agrupados por categorias, em face da pergunta: O que você imagina que seja homofobia?

1. Doença (biológico) 2006 – “síndrome”, “pedofilia”, “acho que é uma doença”, “doença ligada ao sistema de nervos”, “depressão”, “distúrbio ou tendência”.

Doença (biológico) 2012/2013 – “doença psicológica”, “é uma doença”, “síndrome”, “desvio sexual”.

2. Interpretação como homossexualidade (2006) – “casal gay”, “o mesmo que homossexualidade”, “homem que gosta de homem”, “homem que tem relação com outro homem”, “pessoas que gostam de pessoas do mesmo sexo”, “pessoas que têm um afeto com pessoas do mesmo sexo”, “pessoas



que se atraem pelo mesmo sexo”.

Interpretação como homossexualidade (2012/2013) – *“pessoas do mesmo sexo que praticam sexo”, “casais do mesmo sexo”.*

3. **Interpretação como medo ou fobia de homem ou de homossexual (2006)** – *“fobia de homem”, “pânico de homem”, “medo de homem, medo de homossexual”, “medo ou repulsão ao mesmo sexo”.*

Interpretação como medo ou fobia de homem ou de homossexual (2012/2013) – *“medo de outro homem”, “tem medo de ser massacrado por outro homem”.*

4. **Não sabe e S/R (2006)** – *“Não Imagina”, “não tem ideia”, “não sei”, “nunca ouvi falar”*

Não sabe e S/R (2012/2013) – *“não tenho ideia”, não sei explicar”, “não sei”.*

5. **Medo/pavor/pânico - de alguma coisa (2006)** – *“ficar preso no elevador”, “de lugar fechado”, “de pessoas”, “da sociedade”, “multidão”, “aranha”, “falta de ar”, “de altura”, “medo de alguma coisa”, “medo de algo”;*

Medo/pavor/pânico – de alguma coisa (2012/2013) - *“medo ou fobia de alguma coisa”, de ficar preso no elevador”, medo de escuro”, “medo”, “de sair na rua”.*

6. **Conceito correto (aproximado) (2006)** – *“fobia a homossexuais”, “aversão a homossexuais”, “rejeição/preconceito contra homossexuais”, “pessoa que tem raiva de homossexual”;*

Conceito correto (aproximado) (2012/2013) – *“gente que não gosta de gay”, “homem com homem”, atração física e emocional pelo mesmo sexo”, homem que gosta de outro homem”, “amor entre duas pessoas do mesmo sexo”.*

7. **Outros (2006)** – *“homem louco”, “sabão em pó”, “preconceitos com raça diferente”, “troca de humor”, “pessoa que esquece das coisas”.*

Outros 2012/2013 – *“doença compulsiva de alimentação” “problema de respiração”; “falta de ar”, “pessoa agitada”, “violação de leis de crianças”.*

A Tabela n.º 3, cotejando os dados de 2006, envolvendo 329 participantes e, com os de 2012 e 2013, totalizando 361 participantes, demonstram que há uma

modificação na interpretação do conceito correto (item 6) e um crescente entendimento de que a homofobia não é uma doença, mas uma atitude (item 1), ainda relacionada ao medo em relação a outro homem, coisa ou lugar, aparecendo ainda de forma relevante o “não entendimento” do conceito, assim como o entendimento do termo “homofobia” sem relação com a sexualidade. Podemos considerar que, embora o entendimento dos termos tenha sofrido transformações no quesito “melhor compreensão do termo”, ainda é claramente incompreendido para parte da população.

A Tabela n.º 4 apresenta os dados relativos à pergunta: O que você imagina que seja homossexualidade? A organização das respostas foi realizada por meio de agrupamento e sistematização, identificando e classificando as emissões mais significativas e a frequência com que apareceram no discurso dos participantes:

1. **Nomes pejorativos** – Foram aqui categorizadas expressões com palavras **que denotam** xingamentos, palavrões, piadas, deboche, jargões depreciativos que implicam em desprezo.
2. **Doença (genética)** – Quando a resposta se refere a doença, de ordem biológica, patológica e como doença inata/genética.
3. **Opinião de valor (certo/errado)** – Crenças, atitudes ou valores socioculturais inadequados que implicam em exclusão, preconceito e discriminação, crenças heteronormativas, machistas, misóginas e/ou reducionistas, também emissões relativas à crença religiosa.
4. **Desvio de comportamento/psicológico** – Distúrbio psiquiátrico ou psicológico, comportamento anormal;
5. **Homossexualidade masculina** – *É o homem que se sente atraído sexual, emocional ou afetivamente por outro homem, gay.*
6. **Homossexualidade** – *É a pessoa que se sente atraída sexual, emocional ou afetivamente por pessoas do mesmo sexo/gênero” (Mott, 2006).*
7. **Não sabe/Não Imagina** – Foram categorizadas neste item exclusivamente as respostas “*não sei*”.
8. **Outras** – Categorizadas as respostas relativas à sexualidade, mas que não se encaixavam em nenhuma das categorias acima, demonstrando desinformação a respeito do conceito.



Tabela n.º 4 – Distribuição das categorias sobre o significado do termo homossexualidade por faixa etária dos participantes da pesquisa, considerando-se a frequência da categoria com que aparecem no discurso dos participantes, 2006, 2012 e 2013.

Faixa etária	16-20		21-30		31-40		41-50		51-60		61 anos ou mais	
	Ano	2006	2012-2013	2006	2012-2013	2006	2012-2013	2006	2012-2013	2006	2012-2013	2006
Emissões (%)												
Nomes pejorativos	4,1	3,38	2	1,83	-	3,17	1,85	3,12	10,34	10,52	12,5	2,22
Doença (genética)	-	3,38	1	2,75	6,52	1,58	5,55	3,12	6,89	2,63	9,375	8,88
Opinião de valor (certo/ errado)	19,17	1,69	9	2,75	15,21	9,52	5,55	9,37	3,44	3,12	18,75	2,22
Desvio de comportamento/ Psicológico	4,1	-	8	0,91	0	0	7,4	3,12	6,89	2,63	6,25	-
Homossexualidade Masculina	16,43	5,08	12	6,42	15,21	11,11	22,22	10,93	17,24	7,89	12,5	15,55
Homossexualidade	35,61	47,45	52	58,71	41,3	38,09	25,92	42,18	24,13	28,94	12,5	28,88
Bissexual	-	-	2	0,91	6,52	6,34	3,7	4,68	-	-	-	8,88
Heterossexual	2,73	3,38	1	1,83	-	1,58	1,85	-	-	2,63	3,125	-
Travesti	2,73	1,69	3	-	2,17	-	5,55	-	6,89	2,63	6,25	-
Transexual	1,36	-	-	5,5	-	1,58	-	1,56	-	2,63	3,13	6,66
Não sabe / Não imagina / S/R	10,95	10,16	7	2,75	13,04	9,52	14,81	6,25	13,79	10,52	9,375	8,88
Outros	2,73	23,72	3	15,5	-	17,46	5,55	15,62	10,34	23,68	6,25	17,77
Base	73	59	100	107	46	67	54	65	29	36	32	45

Fonte: Pesquisa de campo.

Descrevemos abaixo as emissões dos participantes agrupadas conforme os significados agrupados por categorias, em 2006 – 2012/2013, em face da pergunta: O que você imagina que seja homossexualidade?

- 1. Nomes pejorativos (2006)** – *“coisa de viado”, “corta para os dois lados”, “meio bicha”, “bicha”, “uma pessoa que não tem o que fazer”, “pessoa desmunhecada”;*

Nomes pejorativos (2012/2013) – *“viado”.*

- 2. Doença genética** – *“problema físico, hormonal”, “aberração da natureza”, “doença”, “nasceu assim”, “erro da natureza”, “genética”, “vem de nascença”,*

“hereditário”,

Doença genética (2012/2013) – *“algo biológico que pode ser modificado, mas depois de uma certa idade, não sei”, “doença”.*

3. **Opinião de valor** (2006) – *“eu não sou a favor nem contra”, “eu não acho certo, não”, “nada contra”, “não tenho preconceito”, “é uma opção”, “eu sou machista, acho errado”; “é uma provação”, “educação”, “falta vergonha na cara”, “Deus não aceita”, “não está nos planos de Deus”, “novo sexo”.*

Opinião de valor (2012/2013) – *“coisa ruim”, “É contra princípios religiosos”. “Sem preconceito, mas homem é homem e mulher é mulher”. “a pessoa tem o direito de escolher”, “cada um sabe o que quer”, “ninguém pode ser julgado”, “cada um sabe o que faz”, “somos humanos, filhos de Deus”, “a mídia aprova, tá tudo liberado”.*

4. **Desvio de Comportamento** (psicológico) (2006) – *“distúrbio”, “desvio de personalidade”, “desequilíbrio psicológico e emocional”, “fraqueza”;*

Desvio de Comportamento (psicológico) (2012/2013) – *“desequilíbrio na personalidade”.*

5. **Homossexual masculino** (2006) – *“homem com homem”, “homem que gosta de homem”, “relação de homens”, “o cara gostar de outro cara”, “são gays”, “quando homens do mesmo sexo ficam juntos”, “homem que sai com homem”.*

Homossexual masculino (2012/2013) – *“homem que gosta de outro homem”, “casais de namorados homens”, “homem com homem”, “homem namorando homem”, “homem que simpatiza com o mesmo sexo”, “não gosto deste termo: um homem se deitar com outro”.*

6. **Homossexual** – (definição) (2006) *“relacionamento afetivo/sexual entre pessoas do mesmo sexo”, “pessoas do mesmo sexo que namoram”, pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo”, “pessoas que gostam de pessoas do mesmo sexo”, “envolvimento de duas pessoas do mesmo sexo”, “pessoa que tem atração sexual por pessoas do mesmo sexo”, “atração por pessoas do próprio sexo”, “preferência por um parceiro do seu mesmo sexo”, “pessoas do mesmo sexo que se amam e se gostam”.*

Homossexual (2012/2013) – *“pessoas que possuem atração física ou*



emocional pelo mesmo sexo”, “pessoas diferentes do sexo masculino e feminino”, “quando a pessoa gosta de outra pessoa do mesmo sexo”.

- 7. Diversidade sexual: Bissexual (2006)** – *“quem fica com homem e mulher”, “interesse por pessoas dos dois sexos”, “homem que gosta de homem e de mulher”, “tem vida dupla, com homem e com mulher”, “tanto faz ficar com homem como com mulher”.*

Diversidade sexual: Bissexual (2012/2013) – *“pessoas que têm aptidão para os dois sexos”, “homem que pensa em dois sexos”.*

Heterossexual (2006) – *“relação com sexo diferente”, “gostar de pessoa do sexo oposto.*

Heterossexual (2012/2013) – *“relação homem/homem, mulher/mulher”.*

Travesti (2006) – *“homem que ganha a vida se vestindo de mulher”, “homem que se veste de mulher”*

Travesti (2012/2013) – *“homem que quer ser mulher”.*

Transexual (2006) – *“homem/mulher que é uma coisa e quer ser outra”, “homem que quer virar mulher”.*

Transexual (2012/2013) – *“travesti”, “homem que quer se vestir de mulher”.*

- 8. Não sabe (2006)** – *“não sei”, “não sei explicar”, “sei o que é, mas não sei definir”;*

Não sabe (2012/2013) – *“Nem imagina”, “não quero falar”.*

- 9. Outros (2006)** – *“dois sexos”, “diversidade de sexo”, “relação entre casais”, “é uma pessoa que tem um sexo, mas acha que tem outro”, “um transando com o outro”, “o mesmo que homofobia”, “existem dois tipos: aquele que é interessado e aquele que não é”.*

Outros (2012/2013) – *“transar com qualquer um”, “na relação um é passivo e outro ativo”, “vários sexos”.*

As emissões sobre o significado de homossexualidade, demonstram que a população pesquisada ainda não compreende o que é sexualidade, sexo, masculino e feminino, identidade sexual, orientação sexual e diversidade sexual como as diversas significações de gêneros, além de chamar a atenção o entendimento da homossexualidade como uma desejo por escolha, por “opção”. A população ainda se

refere à homossexualidade como predominantemente masculina (Junqueira, 2007) e também parece não reconhecer a lesbofobia, a transfobia ou a bifobia.

Toda a literatura científica demonstra que essa expressão é incorreta, pois o termo deveria ser entendido como “orientação sexual”, pois ninguém deseja ou “opta”, conscientemente, por ser heterossexual, bissexual ou homossexual. Assim como o heterossexual não escolheu essa forma de desejo, o homossexual (tanto feminino como masculino) também não. Além disso é relevante a falta de informação sobre as diferentes formas de sexualidade e a diversidade sexual.

Na maioria das vezes, os participantes expressaram confusões sobre as práticas sexuais e expressões de gêneros, mostrando como essas posições indicam os efeitos de um processo social que, decorrente das culturas, foi internalizado e é vivenciado, comprometido com a manutenção de valores e práticas e atitudes reificadas pelos machismo e pelo sexismo.

Os termos travesti, nos anos de 2012 e 2013 apareceram apenas em quatro emissões para explicar a homossexualidade (nas idades de 16-20/51-60 anos), o que sugere/sinaliza um novo entendimento na concepção sobre homem homossexual e mulher homossexual que parece estar descolado das vestimentas e trejeitos característicos do travestis. Já o termo transexual aparece com maior frequência em todas as idades, quando em 2006, foi praticamente inexistente. Tal fato coloca-nos outra questão: como estão sendo entendidos os homens e mulheres que apresentam comportamentos mais ou menos femininos ou masculinos na sua apresentação social, tendo ou não orientação heterossexual, homossexual ou bissexual? O Caderno “Respostas do Setor de Educação ao *Bullying* Homofóbico” mostra que o *bullying* homofóbico ou transfobia não afeta apenas alunos gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros ou intersexuais: “(...) conforme disse um aluno da Nova Zelândia, “Me chamavam de gay porque era menino e gostava de poesia” (UNESCO, 2013, p. 16). Conforme já apontou Mott (2006), são também recorrentes os episódios contra sujeitos que, apesar de se autoidentificarem como heterossexuais, têm a eles atribuídas características que fazem com que os perpetradores das violências os classifiquem como LGBT.

Considerações Finais, Provisórias e Transitórias

O retrato do Brasil pelas violências contra homossexuais, os dados apresentados sobre a interpretação e/ou entendimento do fenômeno homofóbico e



homossexual, demonstram que o país ainda está tomado por desinformação e preconceitos em relação à homossexualidade.

As políticas públicas são fragmentadas, seus instrumentos sequer possuem uma definição sobre o que é diversidade sexual e há resistências internas à incorporação da temática nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que abordam a questão sob a ótica de gênero, sem tocar no tema orientação sexual. Pensar sobre estas questões é pensar em desenvolvimento humano e em direitos humanos. Sem políticas públicas gerais, o ambiente escolar tende à manutenção das práticas discriminatórias, desconsiderando de forma irreal que a composição humana se faz pela diversidade, com educadores e professores despreparados para lidar com a temática.

Um dos desafios básicos para a democracia no Brasil é a construção de uma sociedade informada e professores formados com base para a não discriminação, em que a liberdade de cada um seja respeitada para participar da sociedade e conduzir sua vida de modo integral. Para tanto, é preciso agir em várias frentes: medidas educativas, oportunidades de participação política e serviços públicos de saúde, segurança e justiça preparados para lidar com a diversidade.

As funções que a legislação penal cumpre são insubstituíveis: além de possibilitar a punição de atentados graves contra a vida, a liberdade, a igualdade e a dignidade humana, a lei penal tem caráter pedagógico e simbólico. Ela aponta quais são os bens jurídicos mais relevantes, dentre os quais se inclui, sem dúvida, numa sociedade democrática e pluralista, o respeito à diversidade.

Tudo isso se torna urgente quando preconceitos, costumes e visões de mundo se voltam contra cidadãos pelo simples fato de não se identificarem ou não serem percebidos como heterossexuais. Há muito tempo homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos sofrem agressões físicas e morais intensas: assassinatos, espancamentos, ofensas verbais, demissão do emprego e exclusão escolar são frequentes. Essa dinâmica é alimentada, direta e indiretamente, por opiniões, crenças e valores da mentalidade heterossexista e pela falta de informação e formação sobre a sexualidade.

Ao pensar as infâncias e as juventudes, muitos autores que discutem direitos humanos, cidadania e sexualidade, entre eles Peres (2013), Koehler (2013), Trasferetti (2013), Pereira e Bahia (2011) e Candau (2010), mostram que há na atualidade inúmeros trabalhos e ações, agindo na contracultura das violências e que se propõem a produzir outros modos de organização e de relações sociais mais

abertos, democráticos e respeitosos com as diferenças, tendo como fundamento uma renovada reorganização social a partir de novas posições da escola. Enquanto a qualidade do ensino oferecido na maioria das escolas se mantiver com a mesma política de formação de professores na contramão das necessidades sociais continuaremos a reescrever a história que estamos vivendo, talvez em um caldo maior de desigualdades sociais (Smigay, 2002, Lionço, & Diniz, 2009).

Há um enorme desafio democrático a ser enfrentado, clamando pela construção de uma nova política educativa a partir da própria visibilidade do fenômeno: a compreensão dos direitos humanos, a proteção da vida, os direitos de igualdade, a educação para a sexualidade ou para as sexualidades.

Direito Fundamental é garantia de uma sociedade democrática também na diversidade sexual, posto que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, afirmativa proclamada, no artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovada pela Organização das Nações Unidas (1948).

Referências Bibliográficas

- Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis. (1995). *Carta de princípio da Associação Brasileira de gays, lésbicas e travestis*. Recuperado de 2013 de <http://abglt.org.br/port/cartaprinc.php>.
- Matins, F., & Romão, L., & Reis, T. (Eds) (2010). *Manual de Comunicação LGBT*. Associação brasileira de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (ABGLT). Curitiba: Ajir Artes Gráficas e editora.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Brasil (2012). *Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos.
- Brasil (2010). *Homofobia nas escolas*. Brasília: Câmara dos Deputados. Edições Câmara. (Série Ação Parlamentar, n. 421).
- Brasil (2004). *Brasil sem homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Combate à Discriminação.
- Brasil (1997). *Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais*. Secretaria Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF.
- Candau, V.M. (2011). Educação em direitos humanos: desafios atuais. In R. M. Godoy



- (Ed.), *Educação em direitos humanos: fundamentos teóricos metodológicos* (pp. 399-412). Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- Censo Demográfico 2010. *Questionário Básico*. Instituto brasileiro de geografia e estatística. IBGE. Recuperado de http://censo2010.ibge.gov.br/images/pdf/censo2010/questionarios/questionario_basico_cd2010.pdf.
- Conselho Federal de Psicologia. (1999). *Resolução CFP nº 001/99 de março de 1999*. Recuperado de http://pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao1999_1.pdf.
- Deleuze, G., & Parnet, C. (1998). *Diálogos*. São Paulo: Escuta.
- Grupo Gay da Bahia (2012). *Relatório 2012: Assassinatos de homossexuais (LGBT) no Brasil*. Banco de Dados. Grupo Gay da Bahia. Recuperado em 10 de setembro de 2013 em <http://homofobiamata.wordpress.com/>.
- Intersex Society of North America (2013). Recuperado de <http://www.isna.org/>.
- Junqueira, R. (2007). O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In *Seminário: Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas. Rio Grande. Anais*. Rio Grande, RS: FURG.
- Kinsey Institute. *Alfred Kinsey's 1948 and 1953 studies. Staff Publications*. Recuperado de <http://www.indiana.edu/~kinsey/publications/ki-pubs.html>.
- Koehler, S. M. F., & Sousa, A. M. V. (2013). Homofobia e educação em direitos humanos. In A. M. Eyng (Ed.), *Direitos humanos e violências nas escolas* (pp.147-172). Curitiba: CRV.
- Koehler, S. M. F. (2009, set/out). A representação social da homofobia na Cidade de Lorena. *Revista Diálogo Educacional*, 9(28), 587-604.
- Louro, G, L. (2003). *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 5 ed. Petrópolis: Vozes.
- Lionço, T., & Diniz, D. (Ed.). (2009). *Homofobia e educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Editora UNB.
- Melo Neto, J. F. (2010). Educação popular em direitos humanos. In M. G. Rosa (Ed). *Educação em direitos humanos: Fundamentos teóricos-metodológicos* (pp. 429-456). Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos.
- Mott, L. (2006). Homo-afetividade e direitos humanos. *Revista Estudos Feministas*, 14(2), 509-521. Recuperado de <http://www.scielo.br>.
- Organização das Nações Unidas (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos: Adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948*. Recuperado de http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm.

- Peres, W. S. (2013). Juventudes, diversidade e processos de subjetivação. In L. Pessini, & R. Zacharias (Ed), *Ética teológica e juventudes: Interpelações recíprocas* (pp.51-84). Aparecida: Editora Santuário.
- Pereira, G. R. & Bahia, A. G. M. F. (2011). Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático. *Educar em Revista*, 39(1), 51-71.
- Ribeiro M., & Reis W. (2007). Educação sexual: O trabalho com crianças e adolescentes. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 18(2), 375-386.
- Smigay, K. E. (2002). Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. *Psicologia em Revista*, 8(11), 32-46.
- Scardua, A. & Souza Filho, A. (2006, março). O debate sobre a homossexualidade mediado por representações sociais: perspectivas homossexuais e heterossexuais. *Psicologia: reflexão e crítica*, 19(3), 482-490.
- Tessarioli, G. M. (2013). Todos a favor da educação sexual. In H. C. F. Ribeiro, *et al.* (Eds.). *As minhas, as suas, as nossas sexualidades*. São Paulo: CEPCoS.
- Trasferetti, J. A., & Duque, Tiago. Diversidade sexual: Interpelações à teologia moral. In L. Pessini, & R. Zacharias (Eds.), *Ética teológica e juventudes: Interpelações recíprocas* (pp. 109-134). Aparecida: Editora Santuário.
- Unesco (2013). Resposta do setor de educação ao *bullying* homofóbico. Brasília: Unesco.